

SAÍDA — PARA O — BRASIL

CARTILHA 23



A unidade das forças populares
Luta de massas
Construção da Constituinte



CONSULTA POPULAR

POR UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

SAÍDA PARA O BRASIL

A unidade das forças populares
Luta de massas
Construção da Constituinte

1ª EDIÇÃO

CONSULTA POPULAR

SÃO PAULO - 2015

Expediente:

Cartilha 23 – Saídas para o Brasil: A unidade das forças populares

| Luta de massas | Construção da Constituinte

Rua da Abolição, 227 – 2º Andar

01319-010 – São Paulo/São Paulo

Telefone: (11) 3104-6746

Pedidos: secretarianacional@consultapopular.org.br

Revisão: Miguel Yoshida

Foto: Levante Popular da Juventude

Arte capa: Thay Rocha

Impressão: Cromosete

SUMÁRIO

UM DOCUMENTO CONSTRUÍDO NO PROCESSO DE LUTA POLÍTICA	7
INTRODUÇÃO	9
CONJUNTURA INTERNACIONAL	11
Continuidade e aprofundamento da crise capitalista	11
Uma crise estrutural, profunda e prolongada, em que se combinam a crise de superprodução com uma crise financeira	15
A ofensiva do imperialismo estadunidense para recompor sua hegemonia	21
A contraofensiva do imperialismo frente aos governos progressistas na América Latina	27
CONJUNTURA NACIONAL	31
Resgate da análise da IV Plenária Nacional da Consulta Popular	31
Balanço da experiência da frente neodesenvolvimentista	36
Crise política da frente neodesenvolvimentista	45
A TÁTICA DA CONSULTA POPULAR PARA O PRÓXIMO PERÍODO: COMBINAR A LUTA PELA CONSTITUINTE COM A LUTA DE MASSAS	53
Avançar na construção do Projeto Popular	55
Uma constituinte para democratizar o Estado brasileiro	55

UM DOCUMENTO CONSTRUÍDO NO PROCESSO DE LUTA POLÍTICA

Nossa Plenária Nacional Florestan Fernandes ocorreu num momento crucial para o processo político brasileiro. As forças dos inimigos do povo se aqueciam para o ataque contra as regras políticas vigentes e contra os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade.

Durante quatro dias, a militância da Consulta Popular se debruçou sobre a realidade de nossa luta, buscando determinar as tendências de seu desenvolvimento e traçar as linhas de nossa intervenção para fazer avançar o processo revolucionário.

Se naquele momento vislumbrávamos ainda incompletos os elementos que permitiam determinar todas as possibilidades de desenvolvimento das conjunturas econômica, social e política, o apego ao método dialético e o materialismo histórico nos autorizaram a encarar as tarefas que nos devíamos colocar.

A dinâmica do processo se acelerou desde então, fazendo com que novas realidades, novos fatos venham se sucedendo aceleradamente. Este documento, que agora vem a lume, resulta das discussões realizadas em Salvador, entre os dias 19 e 22 de março de 2015, mas também da aplicação dos lineamentos ali traçados à evolução da conjuntura desde então.

Se não rompe nem afronta o que lá foi discutido, os consensos manifestos ou as maiorias desenhadas, este texto, ao incorporar novos elementos não disponíveis naquela época, confirma a adequação de uns e outros.

Como diz, em certa parte, esta resolução, “a tática (...) pode mudar de acordo com a correlação de forças e com os reposicionamentos nossos, de nossos aliados e dos inimigos”.

É, por isso, que a leitura e estudo deste documento é uma tarefa que se atribui a toda a militância da Consulta Popular, para a partir dos dados, mas principalmente do método que nele se emprega, assumir o desafio de compreender as contradições da realidade e intervir sobre ela.

Somos a Consulta Popular!
Somos lutadores e lutadoras do Povo!
Construímos o Projeto Popular!

Pátria Livre! Venceremos!

INTRODUÇÃO

1. Analisar a conjuntura é compreender as contradições do processo histórico em constante movimento e transformação. Não se trata de uma fotografia estática dos fatos, mas sim de um diagnóstico da correlação de forças na luta de classes, nos cenários nacional e internacional.

2. Para isso, é fundamental sistematizar o quadro político, econômico e social deste momento histórico, projetando suas tendências e influências na disposição da classe trabalhadora para a luta. Objetiva-se ainda caracterizar e prever as movimentações dos nossos inimigos, além de identificar potenciais aliados.

3. É o acerto na análise de conjuntura que nos dá subsídios para fazermos ajustes na tática e, conseqüentemente, reposicionarmos as forças em luta.

4. Numa organização política voltada para fora, a construção coletiva da análise de conjuntura é um exercício permanente que arma a militância para a luta popular e que nos desafia a construir uma linha política justa para o conjunto da organização.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

5. O ponto de partida para a análise da conjuntura internacional é o pressuposto de que está em curso um realinhamento de forças que ameaça a ordem unipolar do imperialismo estadunidense. Destacamos nesse contexto histórico, a:

- continuidade e aprofundamento da crise capitalista;
- ofensiva do imperialismo estadunidense buscando recompor sua hegemonia;
- contraofensiva do imperialismo sobre os governos progressistas na América Latina.

Continuidade e aprofundamento da crise capitalista

A atual crise é inerente à lógica do capitalismo funcionar

6. O capitalismo entra em crise quando não consegue mais ter a mesma taxa de lucro e não consegue vender as mercadorias. As fábricas começam a diminuir a produção, bancos não conseguem mais cobrar juros e receber dívidas. Os consumidores não conseguem mais pagar suas dívidas e aumentar as compras. E, aí, quebram empresas, cai a produção, aumenta o desemprego e cai a taxa média de lucro.

7. Essas situações de crise são inerentes à lógica de funcionamento do capitalismo. Desde o surgimento do capitalismo sempre aconteceram. Na fase do capitalismo industrial ocorreram dois tipos de crise. Primeiro, foram as crises cíclicas, de curta duração, que aconteciam num só país, ou num só ramo de produção e em geral

duravam de três a cinco anos, até que os capitalistas se recuperassem, fizessem novos investimentos em novas áreas da produção e assim recuperassem sua taxa de lucro. Como exemplo mais recente, tivemos crises cíclicas na década de 1970, nos Estados Unidos; na década de 1980, no Brasil, no Japão. Depois, na década de 1990, houve a crise na Rússia e na Ásia.

8. Segundo, há as crises profundas e de longa duração que afetam todo o sistema capitalista, todos os ramos de produção e todos os países dominados pelo capitalismo. Houve uma grande crise capitalista no século XIX, por volta de 1870, que atingiu toda a Europa. Depois tivemos a grande crise de 1929 até 1945, que atingiu todo o mundo capitalista. E agora estamos diante de uma crise de todo o sistema capitalista, de natureza estrutural, profunda e prolongada.

Antecedentes históricos da atual crise capitalista

9. Três fatores históricos constituíram as condições da atual crise internacional: a crescente desregulamentação do sistema financeiro e dos mercados; o progressivo abandono e posterior rompimento com a ordem econômica de Bretton Woods por parte dos EUA; o desequilíbrio estrutural entre o crescimento da renda impulsionada pelo capital financeiro e o crescimento da riqueza impulsionado pela produção de bens e serviços.

10. O acordo de Bretton Woods, firmado por 44 países em 1944 nos EUA, foi uma resposta fundada em três grandes objetivos. O primeiro, revitalizar o comércio internacional fragilizado pela crise de 1929 e pelas duas grandes guerras mundiais; o segundo, fortalecer os Estados nacionais pela promoção do desenvolvimento; e o terceiro, o controle dos fluxos financeiros internacionais de curto prazo, estabelecendo que os mesmos tinham que se limitar às necessidades do comércio internacional.

11. Nesse sentido, o acordo também estabelecia a adoção de uma estrutura macroeconômica pautada em taxas de câmbio administradas, taxas de juros fixas e no controle dos fluxos financeiros

de curto prazo. Além disso, o padrão dólar-ouro é referenciado internacionalmente, constituindo as condições para consolidar o dólar como meio de pagamento no comércio mundial.

12. Nas décadas de 1960 e 1970, ocorre o progressivo abandono das regras de Bretton Woods. O padrão dólar-ouro foi instituído sob um pecado original, a ausência de mecanismos que permitissem uma redistribuição mais equilibrada da liquidez monetária entre países deficitários e superavitários. A ausência desse mecanismo de equilíbrio fiscal internacional e a instrumentalização que os EUA fez do padrão dólar-ouro, para financiar guerras e promover a hegemonia imperialista, provocou uma crise de confiança internacional e a decadência do sistema de conversão dólar-ouro.

13. Em 1973, o presidente dos EUA Richard Nixon determina o fim do sistema dólar-ouro e estabelece o sistema dólar-flexível abrindo espaço para a liberalização dos fluxos financeiros e o fim do controle do capital financeiro de curto prazo. A adoção da taxa flutuante de câmbio foi estabelecida para diminuir o poder dos Estados Nacionais de proteger seus mercados internos e facilitar ataques especulativos através do mecanismo das dívidas públicas. Esta situação comprometeu a soberania nacional frente aos interesses da burguesia financeira. Surgiram as condições para a crescente internacionalização da economia e, conseqüentemente, da competição intercapitalista. Um processo de avanço da mundialização do capital conhecido pela literatura econômica de cunho liberal como “globalização”.

14. O avanço da **hegemonia do capital financeiro** nos anos 1970 veio acompanhado de crédito abundante, expansão e diversificação das atividades financeiras no mercado mundial facilitada pela enorme massa de capital que vinha se acumulando principalmente devido a três fatores: a) os fundos de pensão e previdência proveniente da prosperidade americana e europeia do Estado de Bem Estar Social pós-1945; b) pela massa de dólares depositados nos bancos ocidentais pelos países produtores de petróleo do Oriente Médio; c) à torrente de juros provenientes dos países periféricos,

como América Latina, que tiveram sua industrialização impulsionada pelo endividamento externo. O resultado desses fluxos de capital aos bancos dos países centrais do capitalismo criou uma superacumulação de capitais, ou seja, capitais em excesso que não permitem sua utilização integral no processo produtivo à taxa de lucro vigente, dando origem a um capital ocioso que entra em contradição com o capital operante ao disputar a massa de mais-valia gerada na produção.

15. O crédito abundante e barato proporcionado pelos primeiros anos de hegemonia do capital financeiro na década de 1970 favoreceu um importante ciclo de investimentos e crescimento para os países latino-americanos. Este ciclo expansivo entrou em crise quando os EUA aumentaram a taxa de juros em resposta às pressões inflacionárias provocadas pelo aumento do preço do barril de petróleo promovido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no contexto da guerra árabe-israelense de 1973. Este primeiro choque do petróleo, assim como a medida protecionista dos EUA de subir a taxa de juros contribuíram para o declínio das taxas de crescimento do PIB global no decorrer da década de 1970.

16. A situação agravou-se a partir de 1979 com a paralisação da produção petrolífera iraniana, consequência da chamada Revolução Islâmica liderada pelo Aiatolá Khomeini, elevando ainda mais o preço do barril de Petróleo e as taxas de juros nos países centrais. Estavam dadas as condições para o segundo choque do petróleo que interditou um ciclo de crescimento econômico, financiado principalmente pela reciclagem dos “petrodólares”, em diversos países latino-americanos.

17. Esta situação provocou o aumento das dívidas externas, lançando países como o México e o Brasil na chamada “crise da dívida externa” no início dos anos 1980. Suas consequências perpassam toda a década de 1980, sendo que o FMI impõe restrições à participação destes países no mercado internacional de capitais.

18. Somente a partir do final dos anos 1980 e durante a década de 1990, os países latino-americanos tiveram livre acesso aos fluxos financeiros privados internacionais. Isto ocorreu num contexto de ofensiva neoliberal quando os países latino-americanos renegociaram suas dívidas externas e liberalizaram suas economias, imprimindo diversas derrotas à classe trabalhadora.

19. A evolução desse processo histórico fez com que a crise atual ocorresse numa etapa de acumulação do capital marcada pela absoluta hegemonia do capital financeiro. Para termos dimensão do que isto significa, na década de 1980 enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, isto é, toda a riqueza produzida pelas nações, era em torno de 10 trilhões de dólares, circulavam no mercado aproximadamente 12 trilhões de dólares. Atualmente, o PIB mundial é de quase 55 trilhões de dólares enquanto circulam no mercado algo em torno de 150 trilhões de dólares.

20. O crescente poder econômico das oligarquias financeiras dos países capitalistas centrais proporcionou imenso poder para meia dúzia de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, instituições a serviço do imperialismo e que buscam subordinar o desenvolvimento dos países da periferia do capitalismo aos seus interesses.

Uma crise estrutural, profunda e prolongada, em que se combinam a crise de superprodução com uma crise financeira

21. Com o fim da União Soviética e demais experiências socialistas do Leste europeu, inaugura-se uma nova correlação de forças, desfavorável para a classe trabalhadora, proporcionando as condições para a chamada ofensiva neoliberal. Entre 1990 e 1997 ocorreu um processo de aumento da liquidez de capital que proporcionou estabilidade econômica mundial e ofensiva ideológica das concepções neoliberais. A crise asiática de 1997 interrompe este ciclo de estabilidade e abre um período de instabilidade financeira até 2002.

22. De 2003 a 2007, abre-se um novo período de liquidez no mercado internacional caracterizado pela ampliação do crédito

em escala mundial e pelo auge do crescimento da China, que se transformou em locomotiva da economia mundial. Este cenário econômico impulsionado pelos chineses favoreceu os países exportadores de *commodities* – como o Brasil – e elevou o crescimento do PIB mundial para uma média de 5% no período.

23. A crise financeira no mercado imobiliário estadunidense que emergiu em setembro de 2007 aprofunda o atual ciclo de crise econômica global marcada pela queda do PIB mundial, particularmente dos países centrais. O fato é que o crédito nos EUA era tão farto antes de 2007 que apareceu um perfil de investidor no mercado financeiro conhecido por não ter renda, nem emprego, nem patrimônio. Foram justamente os papéis das hipotecas destes investidores sem contrapartida de renda e sem lastro produtivo que foram aceitos pelas tais agências de risco, transformados em *commodities* e distribuídos pelos bancos contagiando o mercado financeiro internacional. A inadimplência não tardou, comprometendo a estabilidade do sistema internacional e provocando posteriormente a quebra de inúmeros bancos. Além disso, a hegemonia do capital financeiro provocou superacumulação de capitais e superprodução de mercadorias.

24. O governo estadunidense logo colocou o Estado e sua mais-valia social para garantir liquidez no mercado, comprar os ativos financeiros “contaminados” e evitar a quebra dos bancos e seguradoras que atuam no capital financeiro. A injeção de grande volume de dólares e euros no mercado financeiro e nos sistemas bancários privados entre 2008 e 2009 logo reverberou, a partir de 2010, como grave crise fiscal nos EUA e diversos países europeus. A crise fiscal, expressada em crescente endividamento em relação ao PIB e deficit orçamentários entrou pelo Leste europeu, contaminou a periferia da zona do euro, particularmente Grécia, e logo atinge o coração da economia da União Europeia: Alemanha, França, Itália e Inglaterra, dentre outras.

25. Posteriormente, pós-2010, a convergência da crise com a opção política de reduzir o ritmo de crescimento provocou a desa-

celeração da economia chinesa. Isto contribuiu para a desaceleração da economia mundial, atingindo essencialmente as economias periféricas que têm nas exportações de *commodities* parte fundamental de suas estratégias de crescimento.

26. O PIB mundial ainda não recuperou o patamar de 2007, ano anterior à crise. A Europa continua em recessão, existe uma resistência às políticas de austeridade fiscal e à xenofobia, sem perspectiva de solução. A crise econômica no seio da União Europeia fez cair por terra a utopia liberal de que as “forças espontâneas do livre mercado” são o caminho para o bem estar da sociedade. O que se constata é um duro ajuste fiscal neoliberal que só tem aprofundado a crise econômica.

27. O quadro econômico internacional é marcado pela continuidade e aprofundamento da crise mundial. Estima-se que o crescimento da economia global atingirá em 2015 pífos 2,1%. Nos países centrais do capitalismo, responsáveis por 60% do PIB mundial, as economias estão estagnadas ou em recessão. O lento ritmo de retomada do crescimento dos EUA o projeta em 2015 para crescer 2,0%, enquanto a zona do Euro crescerá 1,2%.

28. Apesar das alterações e deslocamentos quanto à intensidade da crise econômica, há um consenso sobre a permanência de seus efeitos. Países como Espanha, Irlanda e Grécia têm convivido com taxas de desemprego de 20 a 25%. Itália e Grã-Bretanha apresentam crescimento perto de zero ou negativo. A Alemanha, país menos afetado, tem uma dívida pública de 77% do seu PIB.

29. Neste momento, o desenvolvimento destas contradições se materializa numa crise capitalista de natureza **estrutural, profunda e prolongada, em que se combinam a crise de superprodução com uma crise financeira**. Ainda que se tenha deflagrado em 2008, afetando principalmente os países centrais do capitalismo, a crise persiste sem picos consideráveis e dá sinais de prolongamento. Por isso a caracterizamos como uma *crise rastejante*, que não cumpre os roteiros clássicos das crises cíclicas e inerentes ao capitalismo de retomar a taxa de lucro e o ciclo expansivo.

30. Apesar do caráter peculiar citado acima, a atual crise capitalista conserva elementos clássicos, ou seja, tem origem na queda das taxas de lucro e na dificuldade para vender as mercadorias produzidas. Comparada, porém, com as anteriores, é uma crise com maior nível de financeirização e internacionalização, abrangendo todo o planeta, ainda que não de modo uniforme.

31. Os principais **movimentos da burguesia para responder a crise**, podem ser identificados como:

- a disputa mundial pelo controle da produção de energia é central na estratégia capitalista a medida que determinadas fontes energéticas proporcionam melhores condições (petróleo, gás e hidroeletricidade) para dar saltos na produtividade do trabalho e reduzir custos de produção nas diferentes cadeias industriais, tornando a indústria dos países industrializados mais competitiva;
- os capitalistas disputam o controle da melhor base natural (recursos naturais mais vantajosos), nos melhores locais. Aquela base capaz de potencializar seus lucros. Neste sentido, a América Latina é central ao imperialismo, pois possui os melhores recursos naturais estratégicos – energéticos, minerais, terra, água, biodiversidade etc;
- a diminuição dos custos de produção cujos principais beneficiados são os polos industrializados como EUA, Europa e Japão e China que concentram 70% da produção industrial. A queda dos preços das *commodities*, especialmente do carvão, petróleo e gás, que sustentam a produção mundial, é estratégica para tornar suas indústrias mundialmente mais competitivas para saírem da recessão;
- além disso, esse movimento proporciona uma brutal transferência de riqueza dos países exportadores para os importadores industrializados fortalecendo os aliados internos do imperialismo que atuam em cada um destes países. O mesmo se estende a alimentos, metais e demais matérias-primas, baixando custos de produção da indústria dos países centrais

como parte da estratégia capitalista para retomar as taxas de lucro na recuperação da crise. A queda do preço do alimento também faz reduzir o custo da força de trabalho nos países desenvolvidos, permitindo a redução de salários

32. Na crise econômica atual, os capitalistas combinam uma série de iniciativas objetivando compensar a queda da taxa de lucro. Destacamos os **principais impactos sobre os trabalhadores/as na crise**:

- ao destruir forças de produção e meios de produção de parte do capital superacumulado, a crise é transferida para a classe trabalhadora por meio da inflação ou pelas elevadas taxas de desemprego ou pela combinação de ambos;
- a perspectiva de mudanças no padrão tecnológico da produção industrial leva ao aumento da exploração sobre o proletariado, que se expressa na redução do valor da força de trabalho aos padrões mais baixos – com o corte em salários, aumento da jornada, rotatividade etc;
- a instrumentalização do Estado para transferir aos capitalistas em crise o máximo possível de poupança nacional recolhida em impostos (mais-valia social) se expressa em retirada de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores;
- a realização de guerras e conflitos localizados e a maior transferência de capital dos países da periferia para o centro capitalista leva ao acirramento da superexploração diferencial entre os povos, que aprofunda a xenofobia, o racismo além de diversas formas de discriminação;
- a opressão de gênero é elevada a patamares superiores à medida que, nas crises, as mulheres são confinadas ao trabalho doméstico como mão de obra supérflua ao processo produtivo (lançadas a condição de desemprego) e essencial para acumulação de capital à medida que garantem a reprodução da força de trabalho.

33. A China, que mantinha o crescimento de aproximadamente 11% por ano, por decisão própria reduziu a previsão do seu cres-

cimento de 2015 para 6,5%, o que não é um valor pequeno dadas as suas dimensões. No entanto, com isso ele altera o volume das compras internacionais, inclusive de *commodities* vendidas pelo Brasil, cujas exportações perderam entre 20% e 40% do seu valor. Os dados apontam que a queda vem se acentuando, principalmente a partir do 4º trimestre de 2014, em especial para as *commodities* energéticas (fósseis), minerais (principalmente as primárias) e agrícolas.

34. A redução da demanda nos mercados centrais empurra a China a reorientar suas exportações de produtos manufaturados e bens de produção para países periféricos como o Brasil e outros integrantes de nosso continente. Isso causa forte pressão sobre a indústria brasileira pelo fato da economia chinesa controlar uma vasta cadeia produtiva mundial.

35. No último período, a crise tem atingido as economias “periféricas” mais fortemente, através dos mecanismos de: desvalorização das moedas nacionais, baixas dos preços do petróleo e demais *commodities*, diminuição das taxas de crescimento econômico dos BRICS, e a pressão dos produtos manufaturados chineses sobre as indústrias dos países periféricos. Estes mecanismos buscam recuperar as taxas de lucro das economias centrais e também reforçam a reprimarização das economias latino-americanas e africanas, ou seja, um processo de desindustrialização com o avanço de produção de *commodities* agrícolas e minerais, junto à centralidade da produção e geração de energia para os países centrais.

36. A queda do preço do petróleo atinge principalmente as empresas estatais, já que as petrolíferas de capital privado dominam as cadeias de comercialização, impedindo que seus lucros diminuam. A redução da lucratividade das estatais compromete os governos e fortalece a direita, que aponta tal queda como consequência da corrupção, apontando a privatização como saída.

37. Importante ressaltar que os países da OCDE têm menos de 5% das reservas de gás e óleo e consomem mais de 50%. A Petrobras já tem contratada a exploração de 40 bilhões de barris de (só o Pré-sal tem 100 bilhões), enquanto as reservas estadunidenses

totalizam 44 bilhões, ou seja, se o imperialismo conseguir se apropriar da Petrobras dobrará as suas reservas de petróleo e controlará a tecnologia mais avançada de prospecção profunda.

38. A queda do preço do petróleo e demais *commodities* cumpre também um papel geopolítico de extrema importância. Por um lado favorece a recuperação das economias dos países centrais do capitalismo num contexto de grave crise econômica e impõe grandes dificuldades aos BRICS, Irã e Venezuela que são grandes exportadores. Por outro, retarda e compromete os objetivos do imperialismo estadunidense de garantir sua autossuficiência na produção energética. Isto, pelo fato de que a queda do preço do barril de petróleo de 120 dólares para 40 a 60 dólares inviabiliza a exploração do gás de xisto que tem custo de produção em torno de 60 dólares.

39. A consequência disso é que o imperialismo fica cada vez mais dependente de suas guerras no Oriente Médio e de suas investidas nas reservas de petróleo da Venezuela e do Brasil. Esta situação mexe diretamente no xadrez geopolítico, pois obriga o imperialismo a combater em várias frentes num momento em que a China segue desenvolvendo seu potencial econômico, político e militar para liderar a quebra da ordem unipolar do imperialismo estadunidense.

40. Ao mesmo tempo, as crises econômicas são uma oportunidade de mudança das relações entre as classes sociais. A presente crise econômica poderá reposicionar as classes sociais e nos possibilitará colocar o Projeto Popular como alternativa concreta tanto como uma mediação política entre o nível de consciência das massas populares e a construção do socialismo quanto como projeto de poder. É justamente nos momentos de crise que podem aparecer oportunidades para pautarmos projetos políticos na sociedade.

A ofensiva do imperialismo estadunidense para recompor sua hegemonia

41. As origens da ordem política e econômica do imperialismo estadunidense atualmente se apoiam em dois alicerces que se inter-

ligam. De um lado, a concentração de poder militar que assegura a hegemonia desse país. Tal supremacia se vincula diretamente à manutenção de seu poder econômico, assegurado pelo conjunto de arranjos financeiros que conseguiu estabelecer no período do final da Segunda Guerra Mundial, especialmente na questão do dólar enquanto moeda mundial. De outro, o financiamento do complexo industrial-militar, mecanismo importante de manutenção da liderança industrial em setores de ponta, depende dos títulos públicos estadunidenses na alta finança internacional.

42. Os EUA têm hoje 50 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha de pobreza. Nesse país crescem as revoltas sociais, por causa do racismo, e a direita nos processos eleitorais; isto o leva à busca de inimigos externos traduzida em intervenções militares sobre o pretexto de combater a pirataria, as drogas e o Estado Islâmico.

43. Do ponto de vista geopolítico, desde o final da Guerra Fria, os Estados Unidos ocuparam papel de potência imperialista hegemônica, sustentado pela defesa do neoliberalismo, em especial, pela hegemonia do capital financeiro. Ao lado dos seus aliados como Europa e Japão, instalaram bases militares no Leste europeu e no Nordeste asiático. Além disso, intervieram na Guerra do Golfo, entre Kuwait e Iraque, intensificaram as guerras civis e os separatismos nos Estados da antiga URSS e contribuíram para estabelecer regimes e governos aliados no Oriente Médio, África, Ásia e América Latina. O poder incontestado desse Estado imperialista busca controlar os recursos naturais (em especial o petróleo) e os serviços, e empresas estatais.

44. Partimos de considerações gerais sobre a **hegemonia do imperialismo estadunidense. Em perspectiva histórica** o imperialismo estabelece uma ofensiva fundada:

44.1. *no poder militar e restauração capitalista dos países sob a influência da antiga URSS*

- Os EUA aplicaram uma política de devastação da área de influência da antiga URSS. Neste sentido, buscaram acelerar a restauração capitalista na Rússia e nos países vizinhos, estabelecendo a rápida hegemonia do capital fi-

nanceiro e aplicando a cartilha neoliberal de privatizações e desregulação da economia. Além da cooptação econômica, incentivaram por meio de guerras lideradas ou apoiadas pela OTAN a fragmentação de antigos aliados soviéticos não somente no Leste europeu, mas em outras regiões de influência da antiga URSS. O objetivo do imperialismo era e continua sendo o isolamento da Rússia.

44.2. *no avanço da tutela política e econômica do imperialismo na América Latina*

- Destacou-se a emergência de governos neoliberais durante os anos 1980 e 1990 que abriram suas economias para a hegemonia do capital financeiro, onda de privatizações, reestruturação produtiva, reprimarização das economias, dentre outras medidas. Um período marcado por derrotas da classe trabalhadora e por regimes políticos pautados por uma concepção de democracia restrita no sentido do acesso à cidadania política e social.

44.3. *na ofensiva sobre a Ásia e a África*

- A correlação de forças internacional desfavorável com o fim da experiência socialista soviética influenciou países como Angola e África do Sul a aderirem ao neoliberalismo. China e Indochina adotaram estratégias que contemplavam abertura de suas economias para a acumulação capitalista e estabeleceram relações com grandes multinacionais. A Índia potencializa seu mercado interno, a Coreia do Sul e os tigres asiáticos despontam no mercado internacional.

45. Na medida em que a ordem unipolar do imperialismo estadunidense é ameaçada pode-se constatar recuos e reverses do imperialismo estadunidense devido às seguintes movimentações no xadrez geopolítico:

45.1 *Rússia e China ameaçam a ordem unipolar*

- A soberania do Estado Russo sob a liderança de Vladimir Putin foi retomada. Aos poucos buscou-se reverter a pilha-

gem neoliberal. Além disso, os militares foram revalorizados dentro de ousado programa de defesa nacional. As forças armadas estão sendo modernizadas e a auto-estima da nação russa em acelerada recuperação. Retomou-se o projeto de integração regional na Eurásia e foi recuperada a habilidosa diplomacia russa para conseguir aliados em diversas regiões do mundo, como no Oriente Médio por exemplo, e assim, evitar o isolamento que o imperialismo busca impor.

- A China e sua ousada abertura para a economia de mercado, sob o controle do Estado e visando o desenvolvimento das forças produtivas, logo se tornou a segunda maior economia do mundo. Seu mercado interno tem grande potencial e ainda foi pouco explorado. Tornou a locomotiva do crescimento econômico dos anos 2000 e principal parceiro econômico da Ásia e da América Latina.

45.2. Crise do neoliberalismo e a conquista de governos pós-neoliberais na América Latina

- O neoliberalismo empobreceu os países latino-americanos, concentrou renda e secundarizou o capital produtivo. A convergência de desemprego, descontentamento de frações burguesas com as políticas neoliberais e crises econômicas criaram as condições para revoltas populares e derrotas das forças neoliberais no processo eleitoral, possibilitando a emergência de governos de esquerda e centro esquerda a partir de 1998 com a vitória de Chávez na Venezuela, seguida de diversos triunfos progressistas nos anos 2000. Diversas conquistas democráticas e populares ocorreram nesse período. A integração regional avançou na América Latina através de diversas iniciativas. Ao mesmo tempo começaram a surgir os limites de tais governos que se expressaram nas dificuldades de aprofundamento das conquistas populares e numa certa incapacidade de alguns governos em pautar projetos políticos de ruptura. Some-se a isto a

constante articulação das classes dominantes antinacionais e antipopulares com o imperialismo.

45.3. *A formação de blocos regionais em contraposição ao imperialismo*

- A formação de blocos regionais tem se constituído como o elemento fundamental para a integração dos povos no campo político, econômico, militar e cultural. A iniciativa mais marcante do último período é a do bloco dos BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Tal iniciativa é a principal contraposição geopolítica à ordem unipolar do imperialismo estadunidense. Importante destacar o processo de constituição do Banco do BRICS para financiar o desenvolvimento desses países e do fundo de compensação para proteger seus membros das flutuações e ataques especulativos do capital financeiro. Outra iniciativa fundamental é o Acordo de Cooperação de Xangai, o bloco político, militar e energético da Eurásia conformado pela Rússia, China, Índia, Paquistão, Irã, dentre outros. Destaca-se ainda o CELAC que inclui toda a América, menos EUA e Canadá, e que tem demonstrado peso político e capacidade de enfraquecer o papel da OEA. A Unasul é uma iniciativa essencialmente política e com boa capacidade de intervenção na América do Sul. O Mercosul é uma iniciativa antes de tudo econômica no âmbito da América do Sul e que tem sido fortalecida. Por fim, a ALBA, antes de tudo, uma iniciativa anti-imperialista e de integração das cultura dos povos.

46. *O governo Obama e a retomada da ofensiva imperialista*

46.1. A ofensiva imperialista atual busca retomar o terreno perdido pelo imperialismo entre 2000 e 2008. Neste sentido, os EUA imprimiram uma forte política de cerco e isolamento sobre a China e a Rússia através de diversas bases militares no Leste europeu e na Eurásia. Desestabilizar os governos progressistas

da América Latina também é parte integrante da ofensiva, assim como derrubar em qualquer parte do mundo regimes políticos independentes e com peso geopolítico e não alinhados com Washington. No plano econômico os EUA buscaram retomar o espaço perdido para a China na América Latina e na Ásia através de acordos comerciais.

46.2. A ofensiva imperialista ocorre, principalmente, pela adoção de novos instrumentos de guerra, como os drones – veículos aéreos não tripulados – e pelo aumento da espionagem internacional. Essa última, como é sabido, não está ligada apenas ao aspecto da segurança, mas ao interesse de acessar segredos industriais e de controlar os recursos naturais estratégicos de outros Estados, como o Brasil. Hoje, as formas de dominação imperialista inserem-se em diferentes campos: econômico, político, ideológico, militar, tecnológico, cibernético e espacial. A cada dia o objetivo dos EUA de controlar o mundo se mostra ante outros Estados.

46.3. A China e seus países aliados compõem um novo bloco, mais fraco que o dos Estados Unidos, porém em expansão. Desde a queda da URSS, é a primeira vez que os Estados Unidos se sentem de fato ameaçados e, como um “cachorro acuado”, partem para o ataque com mais violência. Ou seja, tendem a ser cada vez mais agressivos e a ficar cada vez mais isolados externamente (seus aliados passam a pedir um retorno maior em troca do apoio irrestrito) e internamente (crescimento da direita republicana, do racismo e da xenofobia).

46.4. É certo que o final da União Soviética e sua fragmentação territorial não eliminou a capacidade militar expressiva da Rússia. Todavia, limitou seu campo de atuação geopolítico ao espaço da chamada Eurásia, intensificando as tensões na região. Tal cenário estimulou os EUA a desenvolver novos mecanismos para assegurar sua supremacia militar, amparado por um redimensionamento das forças armadas e valendo-se de recursos tecnológicos de ponta, utilizados em unidades militares menores, com intenso treinamento e agilidade para intervenções ágeis.

A contraofensiva do imperialismo frente aos governos progressistas na América Latina

47. A América Latina, historicamente, é reserva de valor dos EUA. Contudo, as sociedades latino-americanas, nos últimos 15 anos, buscaram responder às aspirações de construção de um estado-nação a partir de projetos antineoliberais. Contudo, esse espaço histórico, especialmente depois dos golpes de Honduras (2009) e Paraguai (2012) e do aprofundamento da crise, vem sofrendo um profundo desgaste.

48. O imperialismo busca violentamente retomar suas posições no continente; derrubar o governo bolivariano da Venezuela; afastar os BRICS; acabar com os governos progressistas; neutralizar a influência de Cuba; e atender aos interesses das corporações estadunidenses.

49. A América Latina é hoje alvo dos EUA. O imperialismo na região não teve sucesso, e exemplo disso é a atual crise que vive o México, considerado por alguns analistas como um Estado falido, tanto em termos de governo quanto de economia. Até pouco tempo atrás, o México era o principal exemplo para os países da América Latina de como ser neoliberal e de como ser aliado dos Estados Unidos poderia ser bom para o próprio país. Hoje nesse país ocorrem muitas mobilizações populares de reação aos efeitos nocivos desse processo.

50. Ao mesmo tempo, pode-se ver as fraquezas e debilidades do campo progressista na América Latina. O impulso de crescimento oferecido pelo colapso do neoliberalismo se esgotou, abrindo espaço para a crise. Ou seja, não ocorreram tantas mudanças na hegemonia interna de cada um dos países da América Latina, mas ocorreu um surto de crescimento impulsionado pelo fracasso do neoliberalismo. Em outras palavras, tivemos mais *fortuna* do que *virtú*. Os países que vivenciaram os governos progressistas já chegam em sua quarta eleição, trazendo a possibilidade de comparação entre o que esses governos foram capazes de oferecer à população e o período anterior, assim como a comparação entre a expectativa criada e o de fato realizado.

51. Isso aumenta a exigência para que essas experiências evoluam para outras mais avançadas, e contribui para o esgotamento do ciclo neodesenvolvimentista vivenciado no Brasil, uma vez que a conjuntura internacional não será mais favorável. O Brasil é uma área central de expansão do capital, com mercado consumidor e fontes de energia e estratégicos. Nesse cenário de disputa internacional acirrado, os governos latino-americanos serão a cada dia mais disputados, seja eleitoralmente seja por golpe. Deverá ocorrer um novo surto de ações desse tipo, como na Venezuela. Porém o imperialismo não aposta só na polarização, também faz um movimento de cooptação, como nas propostas de acordo comercial União Europeia – países, que na prática esvaziam o Mercosul. Tratados como o de livre comércio do Atlântico e de livre comércio do Pacífico, transferem as instâncias de poder nacional para as instâncias transnacionais, impedindo o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento nacional e afetando a soberania, pois quem manda são os investidores estrangeiros.

52. O segundo fator é o esgotamento do ciclo de crescimento das *commodities*. Tivemos um grande impulso dado pela China, através do qual conquistamos o quinto lugar na economia mundial e a estabilidade econômica. Porém isso se deu através das *commodities*, que é o nosso papel da divisão internacional da economia desde os tempos de colônia, característica essa que os governos progressistas não alteraram. A estratégia endógena adotada pela China abalará a economia brasileira e prejudicará os trabalhadores.

53. Está em curso uma restauração do projeto neoliberal na América Latina. A recente vitória de Mauricio Macri na Argentina, a vitória das forças conservadoras para a Assembleia Nacional Venezuelana e o cerco político das forças neoliberais sobre o governo Dilma são exemplos desta ofensiva imperialista. Esta situação compromete importantes iniciativas de integração regional em curso. Para derrotar o avanço neoliberal, a esquerda latino americana precisará se unir e construir projetos políticos com eixos estruturais em comum. Trata-se da tarefa de aprofundar a construção de

alternativas democráticas e populares à crise econômica em torno de projetos políticos que resguardem a soberania das nações. Isto significa que o ponto de partida é, certamente, a defesa de projetos nacionais de desenvolvimento que favoreçam a democratização do poder político, assim como aprofundar reformas estruturais.

54. Há diversos fatores complexos que compõe esta ofensiva, que se conjugam na ação direta do imperialismo (funcionários de embaixadas, financiamento de ONG's etc.) com os setores mais reacionários das burguesias internas dos países. Além disso, destaca-se a aliança com a grande imprensa do continente – com discurso unificado para fazer as devidas disputas ideológicas. Tudo isso num contexto de aprofundamento da crise econômica que gera crescente desgaste social.

55. A experiência mais avançada que combina democratização do poder político com o aprofundamento das conquistas sociais é a Venezuela e sua revolução Bolivariana. Não por acaso o imperialismo e seus aliados locais não dão trégua a esta grande experiência de construção do socialismo. Por isso, a solidariedade com a Venezuela e com o governo de Nicolás Maduro é central para todos os revolucionários.

CONJUNTURA NACIONAL

Resgate da análise da IV Plenária Nacional da Consulta Popular

56. Os últimos anos confirmaram as principais tendências da luta política no Brasil que havíamos sistematizado em nossa IV Plenária Nacional Soledad Barret Viedma, em 2012.

57. Naquele momento, além de reafirmarmos nosso compromisso com a construção de um Projeto Popular Para o Brasil, sistematizamos um debate coletivo que orientou nossa atuação prática nos últimos anos. O instrumental teórico marxista que orientou nosso método de análise incorporou a concepção de que as classes sociais e o Estado não são blocos homogêneos e sem contradições. Isto nos permitiu identificar as contradições entre as diversas frações de classes e seus interesses em torno do Estado.

58. Neste sentido, podemos destacar como principais afirmações da IV Plenária Nacional Soledad Barret Viedma de 2012:

- A existência de uma frente política neodesenvolvimentista que reúne classes sociais e frações de classe muito heterogêneas. No neodesenvolvimentismo o Estado concilia o estímulo ao investimento produtivo com o capital financeiro. Trata-se do desenvolvimento limitado por uma legislação e instituições blindadas pelo neoliberalismo em tempos de hegemonia do capital financeiro na economia internacional.
- O programa que tornou possível a frente neodesenvolvimentista se expressa na meta-síntese do crescimento econômico acompanhado de distribuição de renda. Esta meta-síntese contribuiu para resgatar e ampliar o papel

do Estado na organização da economia e na promoção de políticas sociais. Esta perspectiva contrapõe o programa neodesenvolvimentista ao neoliberalismo e seus dogmas.

- A frente neodesenvolvimentista tem na burguesia interna e na classe trabalhadora seus principais fiadores.
- A burguesia interna no Brasil reúne setores variados do empresariado – indústria de transformação, construção civil, mineração, construção naval, parte do agronegócio e outros – que se unificaram como fração para obter do Estado proteção frente à concorrência que travam com o capital internacional. Os governos Lula e o primeiro mandato Dilma atenderam a esses reclamos da burguesia interna com a política de financiamento do BNDES, com a preferência para o produto local nas compras feitas pelo Estado e pelas empresas estatais, com a política externa Sul-Sul e, mais recentemente sob o primeiro governo Dilma, com medidas protecionistas moderadas, com redução da taxa básica de juros, do custo da energia e outras. Essa grande burguesia interna estava distante do processo decisório nos governos FHC. Desde o primeiro governo Lula, ela obteve inúmeras arenas institucionais que possibilitou, contando com a disponibilidade e incentivo do governo, vocalizar seus interesses.
- A burguesia interna não é anti-imperialista. Mas sua agenda voltada para o fortalecimento do capital produtivo, proteção do mercado interno e patrocínio do Estado para transnacionalizar as empresas brasileiras faz com que esta fração da burguesia apresente contradições pontuais com os interesses do imperialismo.
- No entanto, não cabem ilusões para as forças populares. O processo pelo qual a burguesia brasileira se consolida enquanto classe e molda suas instituições de dominação se operou sem ruptura com seu passado colonial e com a dominação externa. Mais do que isso, a manutenção da dependência e a combinação do atraso com a modernização

das relações sociais eram mesmo uma exigência da consolidação do poder burguês. Essa é uma característica marcante e atual de nossa formação social.

- O desenvolvimento da burguesia brasileira continua associado à burguesia imperialista dos países centrais embora pretenda manter e melhorar a posição que ocupa no capitalismo brasileiro. Como afirma Florestan Fernandes, nossa burguesia segue sendo estruturalmente *“uma burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente anti-imperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político e diplomático”*.
- Em suma, o que caracteriza o neodesenvolvimentismo como novo é o fato de que a dependência externa se organiza agora sob domínio do capital financeiro internacional e é este que circunscreve as possibilidades e os limites da ampliação dessa burguesia interna.
- A participação da classe trabalhadora na frente neodesenvolvimentista ocorre de forma subordinada aos interesses da burguesia interna. Além disso, em termos de ganhos e conquistas, constata-se uma diferenciação de acordo com a fração da classe trabalhadora. O campesinato pobre, aquele que não possui terra, está marginalizado no interior da frente devido à decisão dos governos Lula/Dilma de congelarem as desapropriações de terra, inviabilizando novas conquistas e priorizando os investimentos no agronegócio. Setores médios vinculados ao funcionalismo público também tiveram suas expectativas frustradas com os governos Lula e Dilma. Os programas de transferência de renda para a população trabalhadora são muito insuficientes quando comparados com os “programas de transferência de rendas” para os rentistas (rolagem da dívida pública) e para os grandes capitalistas (financiamento farto e subsidiado do BNDES).

- Por outro lado, até o primeiro governo Dilma, a política de valorização do salário mínimo, a crescente geração de emprego e renda, as políticas educacionais neodesenvolvimentistas, dentre outras, tiveram papel fundamental na melhoria de vida das massas populares e na recomposição da classe trabalhadora.
- Tanto a burguesia interna quanto a classe trabalhadora obtiveram ganhos e conquistas com a frente neodesenvolvimentista. Mas é inegável que a burguesia interna hegemônica a frente e, conseqüentemente, obteve mais ganhos.
- A frente neodesenvolvimentista ao expressar os interesses de diferentes frações de classes impôs um caráter de **composição** aos governos Lula e Dilma. Ou seja, a rigor estes governos contemplaram interesses das diferentes frações de classe que o compõem.
- A frente neodesenvolvimentista, ao prescindir de uma força social de massas permanentemente mobilizada para garantir a aplicação de seu programa, imprimiu aos governos Lula e Dilma um caráter de **conciliação de classes**. Conseqüentemente, impossibilitou qualquer perspectiva de pautar as reformas estruturais na agenda do governo federal.
- A política de conciliação de classes dos governos Lula e Dilma, ao retirar as reformas estruturais da agenda nacional, contribuiu para deseducar as massas. A perspectiva de melhorar a vida dos trabalhadores buscando evitar o conflito de classes cumpre um papel ideológico regressivo no processo de educação política das massas populares.
- Definimos como nossos inimigos principais as forças neoliberais e o imperialismo. Além disso, reafirmamos nossa política de independência frente ao governo Dilma no sentido de apoiarmos as medidas do governo que beneficiem a classe trabalhadora e combatermos firmemente as medidas que atacam os trabalhadores.

- O neodesenvolvimentismo, que se consolidou nos governos Lula e Dilma, **é uma alternativa capitalista e não corresponde ao projeto estratégico das forças populares.** Entretanto, nesta conjuntura o programa neodesenvolvimentista cumpre um papel funcional para a tática das forças populares na medida em que apresenta contradições com o neoliberalismo e, pontualmente, com o imperialismo. Além disso, trouxe à tona uma série de contradições para a luta de classes que contribuíram para a diferenciação do regime de classes sociais e consequente recomposição da classe trabalhadora. Tal processo favorece a emergência de uma jovem classe trabalhadora que está em disputa na sociedade.
- As contradições do neodesenvolvimentismo, como a recomposição da classe trabalhadora, os ganhos salariais acima da inflação, as políticas educacionais, dentre outras, lançaram melhores condições para as forças populares atuarem na luta política.
- Por isso, a melhor movimentação naquela conjuntura para acumular forças na construção de um Projeto Popular Para o Brasil foi estabelecer como **centro da tática da Consulta Popular** incidir nas contradições do neodesenvolvimentismo e canalizá-las para o fortalecimento e ampliação da organização popular com o objetivo de construir força própria da classe trabalhadora no interior da frente neodesenvolvimentista.

59. O fato é que, como vimos, a frente neodesenvolvimentista existe e tem base objetiva para existir. Passados três anos desta caracterização, podemos afirmar que acertamos na análise e conseguimos avançar, mesmo que de forma insuficiente, na organização popular. A contribuição da Consulta Popular na construção do Levante Popular da Juventude e na campanha pela Constituinte do Sistema Político exemplifica iniciativas organizativas importantes de nossa construção.

60. A Consulta Popular, fundamentada na análise objetiva da realidade, chegou a esta caracterização que chamamos de neodesenvolvimentismo. Foi um esforço coletivo construído com o conjunto da militância no calor da luta de classes. Logo depois de consolidarmos este diagnóstico, nos deparamos com o esquerdismo e setores da academia reivindicando, equivocadamente, esta formulação para dizer que o neodesenvolvimentismo seria igual ao neoliberalismo. Na verdade, estes setores têm uma concepção estreita e academicista do marxismo. Seu instrumental teórico analítico é pautado por uma concepção homogênea das classes sociais e do Estado que não lhes permite identificar o movimento das contradições que dinamizam a luta de classes.

61. Além disso, nossa formulação se contrapõe a setores da esquerda que afirmam que os governos Lula e Dilma expressam uma revolução democrática em curso, ou mesmo que seriam governos de natureza democrática e popular, ou ainda as formulações que pregam que seriam governos orientados por um projeto nacional de desenvolvimento. Estas análises são inconsistentes, com consequências perversas na tática das forças populares e que vêm sendo desautorizadas pelo processo histórico.

Balanco da experiência da frente neodesenvolvimentista

Antecedentes

62. Não se pode afirmar que a frente neodesenvolvimentista surgiu espontaneamente ou que seu surgimento é totalmente posterior à vitória presidencial de Lula em 2002. Desde a segunda metade da década de 1990, o Partido dos Trabalhadores (PT) – pressionado pela correlação de forças internacional desfavorável marcada pela crise ideológica da esquerda e pela ofensiva neoliberal, por concepções social-democratas no interior do partido e por seguidas derrotas eleitorais nas disputas presidenciais – buscava ampliar seu arco de alianças para viabilizar a vitória eleitoral da meta-síntese “Lula lá”. Este processo foi marcado por concessões programáticas e pela centralidade na luta eleitoral.

63. A convergência de dois fatores favoreceram a ampliação da política de alianças petista. Primeiro, os altos índices de desemprego que atingiam o conjunto da classe trabalhadora. Esta situação deslocou setores populares e médios para o seio da candidatura Lula. Segundo, o PT explorou a insatisfação de parte da burguesia com o desgastado segundo governo FHC (1999-2002). Parte do empresariado estava insatisfeito com o descaso e sucateamento do governo FHC com a infraestrutura do país, ausência de política industrial, carência de política de crédito voltada para a produção, juros altos, falta de política de proteção e fortalecimento do mercado interno, a tentativa de implantar a Alca, dentre outras.

64. Não por acaso, José Alencar, renomado empresário, foi o candidato a vice-presidente na chapa de Lula em 2002. É verdade que o PT não teve amplo apoio do setor produtivo nas eleições presidenciais. A iniciativa privada tinha dúvidas e desconfianças quanto a um futuro governo Lula. Mas a presença do empresário José Alencar na chapa e seu compromisso em manter os contratos foram simbólicos e já sinalizavam o que seria um futuro governo liderado pelo PT.

A vitória eleitoral de 2002 e a correlação de forças desfavorável

65. A vitória de Lula fez parte de um processo continental de derrotas eleitorais sofridas pelas forças neoliberais. Lula assumiu o governo endossado pelo movimento sindical e popular e suas reivindicações históricas, mesmo o candidato petista não tendo propagandeado as necessárias reformas estruturais durante a campanha eleitoral. Ao mesmo tempo se comprometeu com o crescimento econômico, distribuição de renda e manutenção dos contratos. Um conjunto de compromissos que buscava coesionar, no seu governo, a classe trabalhadora, capital produtivo e o capital financeiro. Já no processo eleitoral, era perceptível que, em função da composição de classe do futuro governo Lula, sua plataforma de governo seria pautada no crescimento econômico acompanhado de distribuição

de renda, mas sem colocar na agenda as reformas estruturais de natureza democrática e popular.

66. Para não incorreremos numa análise equivocada, precisamos contextualizar que a vitória eleitoral de Lula ocorreu no contexto de duas variáveis, o descenso da luta de massas e a forte herança institucional e econômica do neoliberalismo. Estas duas variáveis se constituíram de fato num forte obstáculo para a retomada do crescimento econômico e da distribuição de renda. Em relação ao legado neoliberal, podemos destacar: a permanência do tripé macroeconômico constituído pelo regime de metas de inflação, política de superavit primário das contas públicas e câmbio flutuante; uma legislação institucional blindada pelos dogmas neoliberais; e o desmonte dos indutores do desenvolvimento típicos da fase desenvolvimentista que predominou entre 1930 e 1980.

67. Se considerarmos os índices de número de greves, apurados pelo Dieese como um indicativo da capacidade de luta e organização do movimento operário, Lula foi eleito em 2002, no auge do descenso da luta de massas. A expectativa eleitoral era resolver de forma imediata o problema do desemprego e da elevação do custo de vida que se intensificaram no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, assumiu sem maioria parlamentar no Congresso Nacional e aprisionado numa legislação neoliberal.

68. Quando o Partido dos Trabalhadores ganha as eleições em 2002, era bem distinto do instrumento político construído na década de 1980. Já não se tratava da mesma organização que havia assumido um programa de mudanças estruturais e estava presente em cada confronto de classe. Os anos de ofensiva neoliberal cobraram um alto preço às forças de esquerda. O PT gradativamente incorporou no centro de sua tática a luta eleitoral. A centralidade eleitoral consolidou, conseqüentemente, uma estratégia cada vez mais distante da questão da luta pelo poder do Estado. A desorganização dos espaços orgânicos coletivos, a secundarização do trabalho de base, produto da transformação em máquina eleitoral, bem como

a submissão às contribuições financeiras empresariais mudaram o PT e formaram dirigentes com valores ideológicos burgueses.

69. O triunfo eleitoral num momento de descenso da luta de massas no Brasil se constituiu num obstáculo para a esquerda viabilizar uma força social de massas que pressionasse as instituições da República e garantisse a hegemonia do movimento popular no governo federal. Além disso, o descenso das lutas sociais e sua pobreza ideológica não contribuía para o debate de ideias e para a esquerda apresentar uma estratégia bem definida e dotada de um projeto político fundado na soberania nacional e mudanças estruturais na sociedade.

70. O êxito petista é precedido de uma ofensiva neoliberal que deixou como legado uma economia pautada num tripé macroeconômico que serve aos interesses do capital financeiro. Ou seja, uma política econômica fundada em metas de superavit fiscal para pagar os juros da dívida pública, dificultando o aumento da taxa de investimentos do Estado; taxas de câmbio flutuante que além de desindustrializar deixavam a economia susceptível a ataques especulativos; e metas de inflação perseguidas através de altas taxas de juros com efeitos contracionistas na economia. A principal sinalização de Lula para o capital financeiro foi a manutenção desse antinacional tripé econômico.

71. Constata-se também uma legislação blindada pelos dogmas neoliberais que contaminou grande parte das Instituições da República e do Estado de Direito. Destacamos a Lei de Responsabilidade fiscal, a Lei Kandir, a retirada da tributação dos dividendos de ações, alterações na Lei de Falências, criação das agências reguladoras, a livre circulação dos fluxos de capitais financeiros de curto prazo, dentre outras.

72. O governo Lula se deparou com o desmonte dos principais indutores do crescimento econômico no ciclo desenvolvimentista de 1930 a 1980. Destacamos medidas como a privatização de Estatais estratégicas, a liberalização do papel das multinacionais na economia nacional e o enfraquecimento do capital privado nacional. Vejamos:

- Privatização de Estatais estratégicas vinculadas aos setores de infraestrutura fundamentais para o desenvolvimento nacional. O capital privado, principalmente o capital estrangeiro associado ao rentismo, comprou as principais estatais brasileiras, muitas vezes via empréstimo do BNDES, com juros subsidiados, longo prazo para pagamento e bem abaixo do valor real. Este processo atingiu setores como a telecomunicação, energia, mineração, siderurgia, dentre outras. As estatais significavam mais poder político para o presidente da República, podendo através das tarifas públicas das estatais estabilizar os preços e controlar a inflação. As privatizações provocaram transferência da riqueza nacional e de poder político para os países centrais.
- A liberalização do papel das multinacionais na economia nacional. Os governos da fase desenvolvimentista (1930 a 1980) taxaram, mesmo que com limites e níveis diferenciados, as remessas de lucros para o exterior. As leis de remessas de lucros desse período obrigavam as multinacionais a reinvestir parte dos lucros no território nacional. Também estabeleciam o uso obrigatório de componentes nacionais fortalecendo e criando demanda para a indústria nacional. Além disso, as multinacionais estavam obrigadas a cumprir taxas de exportação, uma medida fundamental para garantir o equilíbrio da balança comercial. Grande fonte de emprego, as multinacionais aproveitavam a farta mão de obra barata e o potencial do mercado compensando as taxações de seus lucros e regulamentação de sua atuação.
- O enfraquecimento do papel do capital privado nacional na economia. No período desenvolvimentista clássico (1930 a 1980) esta fração da burguesia era beneficiada por subsídios estatais e pela demanda de produção de insumos da política de conteúdo local imposta às multinacionais. Este aspecto da política industrial potencializava vasta cadeia produtiva

comandada pelo capital privado nacional, gerava milhões de empregos e fortalecia o mercado interno.

- Vale destacar que estes três indutores do crescimento tinham a capacidade de gerar dólares para o país, o que facilitava o equilíbrio da balança de pagamentos.

Conquistas do programa neodesenvolvimentista

73. Portanto, o descenso da luta de massas e o perverso legado neoliberal davam pouca margem de manobra para o governo Lula alcançar a meta-síntese do crescimento econômico acompanhado de distribuição de renda. Passado o momento inicial de ajuste fiscal rigoroso e com a ascensão de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda, de matriz desenvolvimentista, a economia iniciou um virtuoso ciclo de crescimento que, com altos e baixos, duraria de 2004 até 2010.

74. A política econômica combinou a ampliação dos investimentos produtivos coordenados pelo Estado através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com política de fortalecimento do mercado interno, com o fortalecimento da integração regional na perspectiva Sul-Sul e com o *boom* das *commodities* impulsionadas pelo demanda chinesa. Com a crise econômica global de 2008, o governo levou a cabo políticas anticíclicas que protegeram a produção e o emprego. Na esteira dessa estratégia de crescimento, foram gerados em torno de 20 milhões de empregos formais, ocorreu um importante processo de valorização do salário mínimo, de expansão do crédito popular, de ampliação do Bolsa Família e de diversas políticas sociais neodesenvolvimentistas, dentre outras.

75. Assim, foram fundamentais os avanços sociais dos governos Lula e Dilma que possibilitaram a melhoria das condições de vida de imensas parcelas de nosso povo e a recomposição da capacidade de luta do proletariado. Além da redução significativa do desemprego, cerca de 40 milhões de brasileiros foram beneficiados com a redução da miséria. Um contingente ingressou no mercado de trabalho, na condição de trabalhadores e consumidores. Manteve-

-se uma política de reajuste do salário mínimo, num período em que se combinaram o crescimento econômico e a baixa inflação, possibilitando a recuperação do salário médio real, a partir de 2004.

76. O crescimento desta remuneração acima do PIB – e, por conseguinte, dos ganhos de produtividade – permitiu, no conjunto do período, a recomposição da participação dos salários no PIB, que subiu de 31% em 2004 para 35% em 2010. A relação do salário médio com o salário mínimo caiu de 4,5 para 3 vezes no período, ao mesmo tempo em que o coeficiente de Gini reduziu-se de 0,59 em 2002 para 0,54 em 2009. A queda das taxas de desemprego e os ganhos salariais acima da inflação contribuíram para a retomada das mobilizações do proletariado, em especial do movimento operário que, a partir de 2004, volta a elevar o número de greves e conquistas de aumentos reais, atingindo em 2013 o patamar histórico que havia alcançado nos anos de ascenso da década de 1980.

77. No âmbito das relações externas, o Brasil aprofundou a integração econômica e política na América do Sul, potencializando a integração econômica e cooperação política na região. Teve um papel decisivo para sepultar a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), fortalecendo a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), impulsionando inúmeras iniciativas de políticas nacionais de desenvolvimento. Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram disponibilizados para financiar projetos de integração física e energética, ao mesmo tempo que novos mecanismos de financiamento do comércio regional foram estimulados. Além disso, propiciou a acumulação de reservas cambiais e o aumento de receitas fiscais por meio do aumento das exportações, o que facilitou o resgate de dívidas junto ao FMI, a ampliação da autonomia na gestão das políticas econômicas e a recuperação das importações intra-regionais.

78. Se temos dúvida sobre os aspectos positivos dos últimos 12 anos de governos de coalizão liderados pelo PT em torno do arranjo político da frente neodesenvolvimentista, basta comparar nossos dados econômicos e sociais com o México, onde o neo-

liberalismo ganhou todas as eleições presidenciais neste mesmo período. Guardadas as devidas proporções, enquanto nos últimos 12 anos a economia brasileira cresceu 45,44 a mexicana apenas 30,71%. Enquanto a participação dos salários na renda das famílias é de 45% em nosso país, representa apenas 29% no México. Em resumo, enquanto o Brasil reduziu a pobreza absoluta a 15,9% da população, no México aumentou para 51,3%.

79. Vale ressaltar que este ciclo de crescimento tem a peculiaridade de ocorrer num período de normalidade democrática e pela primeira vez garantiu o crescimento da participação da renda do trabalho na renda nacional.

Limites da frente neodesenvolvimentista

80. Todos estes avanços e conquistas dos últimos 12 anos correm riscos e estão comprometidos devido o abandono do projeto de poder e a ausência de uma estratégia para enfrentar os limites do sistema político; a incapacidade de organizar as massas; a ausência de uma política para disputar os setores médios; e a opção pelo tripé macroeconômico neoliberal.

- **A incapacidade de organizar as massas.** O principal erro político cometido pelos governos de coalizão liderados pelo PT foi a recusa em investir nas organizações populares e sindicais. Um governo que não vinculou as políticas sociais à organização popular, que não acumulou para deixar saldo organizativo. Ao contrário de outras experiências latino-americanas, especialmente a da Venezuela e da Bolívia, em todas as situações em que se abriram perspectivas de fortalecer os movimentos sociais e a organização popular, os governos Lula e Dilma recusaram-se a bancar qualquer enfrentamento com as classes dominantes. Isso contribuiu para inviabilizar a formação de uma força social de massas capaz de construir força própria da classe trabalhadora no interior da frente neodesenvolvimentista, dificultou avançar na luta pelas reformas estruturais de natureza democrática e popular e impossibilitou

a construção de uma base social renovada para dar sustentação às medidas de aprofundamento das conquistas propostas pelo governo. Constata-se que a ausência de uma estratégia do PT e do governo federal vinculada à organização popular faz com que parte das massas populares que foram beneficiadas na última década pelas políticas sociais neodesenvolvimentistas rejeitem o PT e não construam vínculos de reconhecimento político-eleitoral junto ao governo federal.

- **O abandono do projeto de poder e a ausência de uma estratégia para enfrentar o sistema político.** Como já apontávamos no documento “Sobre o Instrumento Político”, em 2005, o projeto de poder do PT foi substituído pela mera perspectiva de administrar o Poder Executivo. Não se desenvolveu nenhuma estratégia para superar os limites políticos e econômicos herdados. Venezuela, Bolívia e Equador, em processos e correlações de força distintos, foram experiências que demonstraram que concessões econômicas inicialmente feitas a setores da burguesia possibilitaram ganhar tempo para acumular forças e viabilizar exitosas conquistas de Assembleias Constituintes que promoveram decisivos avanços no sistema político. Certamente a ausência da Assembleia Constituinte enquanto luta política nos primeiros anos de mandato na agenda do PT e do governo federal, é a prova mais consistente da **ausência de uma estratégia pautada pela conquista do poder político** na perspectiva dos interesses populares.
- **A adesão à lógica do financiamento empresarial.** É justamente o sistema político moldado para reproduzir a dominação burguesa que permite o financiamento empresarial de campanha. A participação de setores da esquerda, particularmente **do PT**, nesse modelo de financiamento de campanha instituiu uma lógica eleitoral pautada pelo peso do poder econômico e que não se diferencia dos partidos burgueses. Na verdade, os governos Lula e Dilma não escaparam

desta lógica empresarial. Seus financiadores de campanha cobram favores e benefícios no governo que agora aparecem na forma de escândalos políticos e desmoralização que certamente comprometem a capacidade do PT de continuar sendo o polo aglutinador das forças de esquerda.

- **O governo descuidou na disputa dos setores médios.** Isto se expressou na incapacidade de desenvolver políticas capazes de atrair para sua base social os setores médios. Suas medidas sociais e políticas não se voltaram para disputar essa significativa e influente parcela da população, construindo elementos que possibilitassem a aliança com o conjunto dos setores populares. Ao longo dos últimos 12 anos, os setores médios assistiram a melhoria das condições de vida dos mais pobres e a grande acumulação de riqueza dos mais ricos. Tais setores, profundamente influenciados ideologicamente pelo conservadorismo, alimentaram uma insatisfação difusa que possibilitou sua manipulação pelas forças de direita.
- **A continuidade do tripé macroeconômico neoliberal.** Não se desenvolveu uma estratégia para enfrentar o modelo de política macroeconômica adotado desde o governo de FHC, baseado no tripé neoliberal de metas de inflação, superavit primário para pagar os serviços da dívida pública e no câmbio valorizado, o chamado tripé neoliberal. Este modelo econômico dificulta o crescimento econômico e prejudica a classe trabalhadora no processo de distribuição da renda entre salários e lucros.

Crise política da frente neodesenvolvimentista

Uma ofensiva restauradora do neoliberalismo

81. Neste momento, a frente neodesenvolvimentista passa por uma crise política. Esta crise se expressa num cerco político sobre o governo Dilma materializado pela ofensiva das forças neoliberais, do imperialismo, do monopólio midiático e de setores do poder judiciário.

Esta ofensiva ganhou força após o segundo turno das eleições de 2014. Agora, calcado na frágil situação econômica e no fisiologismo do Congresso, o campo neoliberal ataca diariamente o governo em diversas frentes e inúmeras pautas. O sangramento diário ocorre, sobretudo, nas denúncias – com o esforço da mídia – que buscam envolver o governo e o PT nos escândalos da operação “Lava Jato”, claramente direcionados para alterar as regras do atual modelo de partilha do Petróleo. Por sua vez, o governo, em vez de manter a polarização que caracterizou o segundo turno das eleições para apresentar uma agenda de aprofundamento das conquistas dos últimos 12 anos, opta por permanecer meramente na defensiva, que dia a dia se torna mais difícil.

82. Ao compor uma equipe econômica para satisfazer a burguesia financeira, priorizar ministros de partidos aliados que assegurem o apoio parlamentar, fica evidente que a opção é tentar acalmar as forças que fazem o cerco, postergando uma situação que apenas acumula para a derrota. Com a sinalização dada ao mercado financeiro, a aposta era conseguir uma trégua no campo da luta política. Os primeiros meses de governo já são suficientes para concluirmos que essa aposta deu errada e contribuiu para agravar a crise política.

O equívoco do Ajuste Fiscal

83. Repetir a lógica de 2003, de que sinalizações positivas ao mercado financeiro, medidas de austeridade e cortes de direitos cumpririam o papel de obter um beneplácito da oposição e dariam maior margem de governabilidade é um grave equívoco. As condições econômicas e o acirramento das tensões políticas ideológicas configuram um cenário completamente distinto.

84. O “Ajuste Fiscal”, impulsionado pelo ministro Joaquim Levy, combina um choque de câmbio e corte de gastos, no modelo mais ortodoxo das receitas neoliberais. Sua consequência previsível será o agravamento da recessão. Além dos graves impactos sociais no corte orçamentário, implicará no gasto de importantes reservas internacionais, ampliando a transferência de fundos públicos para assegurar o lucro dos capitais rentistas que se alimentam da dívida pública. Ao

ceder à chantagem do mercado financeiro e sua permanente ameaça de perda do grau de investimento, o governo opta pela redução forçada de gastos públicos quando se enfrenta um cenário econômico internacional pouco promissor. Além disso, ao elevar a taxa de juros impactará o nível de empregos agravando as condições de vida e reduzindo a arrecadação tributária.

85. A considerável queda do PIB brasileiro em meio ao aprofundamento da crise econômica internacional, combinada com uma ofensiva das forças neoliberais sobre o governo Dilma são as principais causas da crise política.

86. Some-se à conjunção destes dois fatores: a cobiça do imperialismo estadunidense sobre o Pré-Sal; defecções ocorridas no interior da frente conforme ocorreu com os produtores de etanol; recomposição de uma classe trabalhadora mais exigente, mas que se deparou com baixos salários e precarização do trabalho; ganhos salariais acima da inflação e da produtividade da economia; a percepção de setores da direita a partir de junho e julho de 2013 de que a esquerda tinha limitações na sua capacidade de mobilização e que o PT perdia referência na sociedade; erros na condução das políticas anticíclicas na medida em que o compromisso com o pagamento da dívida pública diminuiu o espaço para ampliação das mesmas; por fim, a dificuldade de aprofundamento das mudanças, pois o controle do governo não significa o controle do poder do Estado.

87. As forças neoliberais aproveitam o envolvimento da burguesia interna no financiamento ilegal de campanhas eleitorais para, junto com setores do poder judiciário, diminuir as margens de atuação do capital produtivo na economia nacional. A crise da frente neodesenvolvimentista já é uma crise profunda do governo Dilma e pode evoluir para uma crise de regime.

O acirramento das disputas intraburguesas no interior do bloco no poder

88. É fundamental compreendermos quais contradições levaram as forças neoliberais a intensificar sua ofensiva ao governo Dilma e ao programa da frente neodesenvolvimentista.

89. O ponto de partida é o fato de que nestes últimos 12 anos as forças políticas e sociais vinculadas ao capital financeiro imperialista vêm perdendo poder político, perdendo espaço para a acumulação de capital na economia brasileira. Com esta constatação, não estamos afirmando que diminuíram seus lucros, mas sim que perderam mais espaço para acumulação do capital rentista.

90. Do ponto de vista da garantia da governabilidade dentro do atual sistema político, Lula e Dilma garantiram a manutenção dos contratos e do tripé da política econômica. Este compromisso dos governos de coalizão com o capital financeiro objetivava evitar o conflito aberto com estes setores e, assim, não comprometer a estabilidade da economia brasileira.

91. No entanto, na medida em que os governos Lula e Dilma ampliavam a participação do Estado na indução do crescimento econômico e abriam espaço para o capital produtivo através do gradativo reposicionamento da burguesia interna, também estreitavam as margens de investimentos do capital estrangeiro em setores estratégicos. Além disso, diminuía os espaços de acumulação do capital financeiro internacional na economia brasileira. Mesmo as políticas liberalizantes como as concessões de infraestrutura e blocos do pré-sal ficavam quase sempre sob o controle de grupos econômicos da burguesia interna ou com aliados do Brasil na geopolítica internacional vinculados aos BRICS.

92. Aliás, a participação do Brasil no BRICS é a articulação geopolítica mais ousada da sua História. No âmbito dos BRICS, a fundação de um Banco para fomentar o desenvolvimento e a efetivação de um fundo de reserva para se protegerem de ataques especulativos e da instabilidade dos mercados financeiros representa uma afronta ao rentismo e à ordem econômica marcada pela hegemonia do dólar.

93. No governo Dilma, se aprofundaram os desgastes e contradições dos setores rentistas, em escala nacional internacional, com a frente neodesenvolvimentista. Para combater os efeitos da crise econômica e a queda dos preços das *commodities*, o governo

buscou fortalecer o mercado interno reduzindo a taxa Selic, que chegou a 7,25% entre outubro de 2012 e março de 2013. Os ganhos financeiros proporcionados pelos títulos do governo foi o menor dos últimos anos. A queda das taxas de juros operadas pelos bancos públicos obrigaram os bancos privados a seguir o mesmo caminho. Para se ter uma ideia, os bancos públicos tinham 35% do mercado de crédito ao consumidor em 2009, enquanto em 2015 detinham 55%. Portanto, estas medidas do governo Dilma reduziram as margens de ganhos dos rentistas, particularmente dos capitais internacionais de curto prazo.

94. Além disso, iniciativas dos bancos públicos, particularmente do BNDES financiando a expansão da infraestrutura e as políticas de conteúdo local feriram interesses do capital estrangeiro. A Petrobras, e seu modelo de partilha, desenvolveu no governo Dilma uma poderosa cadeia produtiva nos ramos de óleo e gás, revitalizou a indústria naval, abrangendo investimentos em torno de 10% do PIB. A criação do fundo social do Pré-Sal para financiar saúde e educação representa uma inversão de prioridades inadmissível para as forças neoliberais. A redução do preço da energia elétrica e o congelamento dos preços dos combustíveis beneficiaram milhões de brasileiros e diminuíram os ganhos das empresas concessionárias destes serviços. O Programa Minha Casa, Minha Vida permitiu ganhos significativos para a construção civil, o comércio e a indústria nacional.

95. O neodesenvolvimentismo em plena estabilidade política acumularia para um reposicionamento das frações da classe dominante no interior do bloco no poder. Ou seja, possibilitaria uma retomada da hegemonia dos setores vinculados ao capital produtivo conforme ocorreu entre 1930 e 1980. O movimento de restauração neoliberal em curso atualmente objetiva impedir este reposicionamento no interior do bloco no poder e, ao mesmo tempo, acabar com as conquistas da classe trabalhadora que foram obtidas, em grande parte, explorando estas contradições intraburguesas.

96. As medidas anticíclicas de natureza produtivistas do governo Dilma foram o sinal de alerta para as forças neoliberais. Colocava-

-se a possibilidade real do capital financeiro perder o controle da política econômica. Ou seja, o temor de que mais cedo ou mais tarde o governo poderia transitar para uma política macroeconômica que não estivesse orientada pelo tripé neoliberal.

97. Os setores rentistas e o imperialismo estadunidense querem retomar seu espaço na economia brasileira. O rentismo quer mais espaço para acumulação financeira e o imperialismo busca realinhar o Brasil à sua área de influência geopolítica. Esta conjugação de interesses conforma um programa de restauração neoliberal que passa centralmente pela manutenção de uma política econômica pautada no superavit primário, metas de inflação e câmbio flutuante; altas taxas de juros e desregulamentação da economia; enfraquecimento da participação do Brasil nos BRICS; mudança no marco regulatório do Pré-Sal visando o fim do regime de partilha; e o estabelecimento de acordos bilaterais Brasil-EUA no comércio internacional.

Tendências e perspectivas da frente neodesenvolvimentista

98. Importante ressaltar que a existência de uma crise política no interior da frente neodesenvolvimentista não significa que as condições que proporcionaram seu surgimento entraram em colapso ou se esgotaram.

99. As contradições que proporcionaram o surgimento da frente neodesenvolvimentista permanecem vigentes. São elas: a contradição entre os interesses do capital financeiro e do capital produtivo na economia brasileira; a convergência de interesses entre a burguesia interna e a classe trabalhadora, ou seja, crescimento econômico acompanhado de distribuição de renda. Evidentemente, que a situação da economia mundial é adversa se compararmos com o início dos anos 2000. Mas se levarmos em consideração os interesses imediatos de classe, as condições que possibilitaram a frente continuam vigentes.

100. A burguesia interna tem um espectro ideológico ambíguo e difuso. Ela busca antes de tudo condições que lhe permitam acu-

mular capital. Nesta perspectiva, dependendo da situação política, ela pode se aproximar tanto da classe trabalhadora (como ocorreu nos últimos anos) quanto do capital financeiro. Neste sentido, setores do PMDB buscam fazer um rearranjo à direita da frente neodesenvolvimentista no qual a classe trabalhadora perderia espaço (leia-se conquistas) para o capital financeiro.

101. Trata-se da tentativa de viabilizar um acordo pelo alto que para ter êxito é fundamental que o PT seja enquadrado institucionalmente pelas forças neoliberais e que fique mais dependente do PMDB. Esta iniciativa se expressa na chamada “Agenda Brasil” proposta pelo Presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB) e pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy. A Agenda Brasil representa o avanço da restauração neoliberal no Brasil.

102. O avanço ocorre justamente no momento em que três crises convergem e tendem a se agravar. A crise da economia brasileira que é agravada pelo ajuste fiscal neoliberal em curso. Esta situação abre espaço para uma profunda crise social em nosso país com o crescimento das taxas de desemprego, inflação e perdas salariais. Todas estas contradições acumulam para uma grave crise política que poderá evoluir para uma crise de regime que tem raízes no atrasado sistema político brasileiro.

A TÁTICA DA CONSULTA POPULAR PARA O PRÓXIMO PERÍODO: COMBINAR A LUTA PELA CONSTITUINTE COM A LUTA DE MASSAS

103. A tática enquanto um conjunto de movimentos que objetivam viabilizar nossa estratégia pode mudar de acordo com a correlação de forças e com a movimentação de nossos inimigos.

104. Dentro da tradição da Consulta Popular a tática é flexível. A compreensão de nossa estratégia, a correta identificação de nossos inimigos e a centralidade que damos à permanente construção de uma força social de massas nos permite ter segurança para cultivar uma ampla política de alianças.

105. Relembremos que o processo de materialização da tática se expressa:

- Pela combinação das lutas sociais com as lutas institucionais.
- Pela militância e construção das lutas sociais em diversas frentes de lutas e movimentos populares.
- Pela luta ideológica que fazemos de diversas formas e em vários espaços da luta política brasileira.
- Através da agitação, propaganda e construção cotidiana de um Projeto Popular Para o Brasil.
- Nossa construção passa pela necessidade de acumular forças em torno do tripé: organização, formação e luta.

106. A Consulta Popular possui uma concepção ampla da luta de classes. Isto coloca o desafio de reafirmar uma estratégia revolucionária e, ao mesmo tempo, combinar firmeza ideológica com flexibilidade na tática. O ponto de partida certamente é fazer

a análise concreta da situação concreta e aprender com o legado histórico das lutas e revoluções populares.

107. Uma concepção ampla da luta política significa reconhecer que a arena da luta de classes se caracteriza por três dimensões: a luta social, ideológica e institucional. Um projeto político de natureza democrática e popular deve combinar as três dimensões para avançar na construção de hegemonia na sociedade. Como em última instância a política é definida pelo fator força social de massas, a luta ideológica e a luta institucional devem estar subordinadas à luta social. Ou seja, a batalha de ideias e a disputa das instituições da sociedade burguesa só fazem sentido na perspectiva do fortalecimento das lutas populares e, conseqüentemente, na construção de uma força social de massas.

108. Mudanças táticas têm a capacidade de negar ou reafirmar uma estratégia. Diante da crise da frente neodesenvolvimentista, os ajustes táticos da Consulta Popular objetivam reafirmar e acumular forças para nossa estratégia: a conquista revolucionária do poder do Estado.

109. O cerco imposto pela ofensiva das forças neoliberais, do imperialismo, do monopólio midiático e de setores do poder judiciário lança as condições para a derrota do governo Dilma, da esquerda e consolida o fechamento de um ciclo político que tem o PT como referência e polo aglutinador.

110. A gravidade do momento político exige por parte das forças populares três grandes construções:

- Ampla unidade para construir, através de um forte movimento de massas, uma alternativa democrática e popular para a crise.
- A construção da Frente Brasil Popular para aglutinar e garantir unidade de ação para os diversos setores da sociedade que são antineoliberais e que buscam aprofundar as conquistas democráticas e populares no Brasil.
- Construir e enraizar na sociedade um Projeto Popular Para o Brasil sustentado numa força social de massas que tenha

como ponto de partida um Projeto Nacional de Desenvolvimento, iniciando desde já com a convocação de uma Constituinte para Refundar o Sistema Político brasileiro.

111. Nesse momento histórico da luta política brasileira nosso inimigo principal é o imperialismo e seus representantes neoliberais no plano nacional e internacional.

Avançar na construção do Projeto Popular

112. Devemos acumular forças para contribuir decisivamente para a construção de lutas sociais nessa nova etapa da luta política que se abre no Brasil. O desafio é enraizar na sociedade brasileira a necessidade de construção de Projeto Popular Para o Brasil.

113. O Projeto Popular Para o Brasil combina a luta pelas reformas democráticas e populares com a luta de massas e com a questão do poder. Além de dialogar com nível de consciência das massas e apresentar soluções concretas para os problemas do povo, deve ser uma mediação política entre o nível de consciência das massas e a necessidade de construção do socialismo.

114. Nosso desafio para o próximo período passa pela retomada das mobilizações de massas. Só uma vigorosa retomada das lutas sociais conseguirá abrir espaço para pautarmos um amplo debate sobre questões estratégicas e estruturais da sociedade brasileira.

115. A história demonstra que a luta por reformas estruturais politiza as massas, polariza a sociedade e possibilita correlações de força favoráveis ao aprofundamento dos projetos políticos. Apostar e lutar pela concretização de reformas democráticas, nacionais e populares num momento em que o neoliberalismo busca recompor sua hegemonia e ganhar mais espaço na economia é o melhor caminho para enfrentar a crise econômica internacional.

Uma constituinte para democratizar o Estado brasileiro

116. Um debate tende a ganhar força nos grupos políticos, forças progressistas e movimentos populares brasileiro: a importância de uma Constituinte para mudar não só o falho sistema político do

país, mas para mexer nas estruturas postas. Problema este diagnosticado a partir das mobilizações de junho de 2013, em que o clamor das ruas, até então, era o de maior participação popular nas decisões do país, maior amplitude democrática.

117. Naquele contexto, as forças organizadas da sociedade tiveram dificuldade em se posicionar, pois não esperavam aquela insurgência repentina. Os grupos midiáticos e a elite econômica do país logo criaram a bandeira momentânea da PEC 37, que de tão frágil, hoje sequer é lembrada por grande parte daqueles manifestantes que saíram às ruas naquele período.

118. Desde aquele momento, a conjuntura dá sobressaltos. Campanhas populares massivas como a do plebiscito popular por uma constituinte exclusiva do sistema político, eleições presidenciais polarizadas, maior articulação dos setores conservadores, entre outras movimentações ocorreram. Nada nos garante que diante desse cenário, o povo e as pautas populares não voltarão às ruas, seja para resistir aos ataques desses setores mais retrógrados, que se articulam ora na sociedade civil, ora nas entranhas do próprio governo (vide lei “anti-terrorismo” e “agenda Brasil”).

119. Por isto, a sociedade brasileira precisa de uma bandeira política que possibilite mais participação popular, democracia e possibilidades de transformar o país. Essa bandeira se expressa na defesa de uma Constituinte que, combinada com a luta de massas, deverá construir as condições para recolocar as reformas democráticas e populares na agenda nacional. Uma Constituinte para democratizar o Estado brasileiro.

120. Alguns mais receosos podem discordar, o que é natural em um primeiro momento. Contudo, se experimentamos “beber” da experiência de nossos irmãos e irmãs latino-americanos/as, observaremos a utilidade de uma Constituição para se realizar as mudanças em um país.

121. Antecedido por lutas populares, a Venezuela em 1999 e o Equador em 2008 iniciaram um rompimento historicamente colonial e mantenedor de desigualdades, a partir de novas Cons-

tituições. A primeira resgatando princípios libertários desde os ensinamentos de Bolívar e a segunda concebida com uma atenção especial à interculturalidade decorrente dos povos equatorianos. De fato, a conjuntura política desses países, sobretudo do Equador, apresenta dificuldades atuais para a expansão da proposta constitucional. Mais um sinal de que a Constituição forjada com a luta popular continua a ser instrumento de reivindicação dos povos e cobrança dos governos, algo que está sendo realizado pelos povos indígenas daquele país.

122. Da mesma forma, a Constituição boliviana de 2009 inova em diversos aspectos. Uma Constituição que surgiu a partir das reivindicações de um bloco indígena-popular. Essa maioria populacional que deixou de ser silenciosa e subordinada para constituir-se em verdadeiro pilar da reconstrução democrática de um Estado, agora, plurinacional.

123. Processos esses, que mesmo após as suas respectivas Constituições, detêm suas contradições, mas continuam vivos e possuem um lastro democrático e popular muito maior do que as Cartas constitucionais anteriores garantiam. Outros países dão sinais de necessidade de mudança constitucional para dinamizar as mudanças políticas, como ocorreu em Honduras, ocorre no Chile e no México.

124. Talvez seja o momento de se repensar as estruturas de poder do Estado sem querer, tão só, reproduzir as fórmulas historicamente concebidas desde de uma construção eurocêntrica e liberal, como a clássica tripartição de poderes de Montesquieu ou o sistema de freios e contrapesos de Madison, entre outras medidas historicamente transpostas.

125. Assim, as novas Constituições latino-americanas iniciaram um movimento com o propósito de superar algumas amarras históricas que, tão somente, reproduziam conceitos previamente estabelecidos pelos países europeus e pelos Estados Unidos, atentando-se agora mais para as realidades e possibilidades dos povos da América Latina.

126. Um autêntico “novo constitucionalismo latino-americano” com pilares democráticos e populares evidentes, ou seja, forjando processos constituintes desde a base da sociedade deixando no passado um constitucionalismo das elites e caminhando em direção a um constitucionalismo popular. Um constitucionalismo que rejeitou as saídas neoliberais enquanto projeto político e tem o potencial de manter acesa uma chama transformadora que rompa com a herança colonial e possibilite uma unidade popular em torno da democratização do Estado brasileiro.

127. Ao observar essa conjuntura ousada e desafiante nos países vizinhos, cabe o questionamento: Por que não pensar uma Assembleia Constituinte para a concepção de uma nova Constituição mais condizente com a realidade dos brasileiros/as? Uma Constituição que vai além do interesse das classes políticas históricas ou dos juristas perspicazes, mas que dialogasse, em seus vários aspectos, desde uma perspectiva horizontal com o povo brasileiro. Essa é a aposta que caberá aos lutadores/as do povo construir para o próximo período com o intuito de transformar não só o sistema político, mas todo esse país.

128. A bandeira da Constituinte, deflagrada pela presidenta Dilma, ante as manifestações de junho de 2013, recuperada numa unidade política com as principais forças de esquerda, é uma necessidade pautada pelo cenário político, capaz de enfrentar o cerco e retirar a esquerda da postura defensiva. A defesa da Constituinte tem o potencial de politizar os trabalhadores, atrair os setores médios e apontar os verdadeiros inimigos do povo brasileiro.

129. Diante da crise da frente neodesenvolvimentista, uma possível recomposição da frente não acumula forças para um Projeto Popular Para o Brasil. Com a crise econômica e com o arranjo institucional atual, há pouco espaço para aprofundar as mudanças conquistadas nos últimos anos.

130. Crescimento econômico com distribuição de renda, além das reformas estruturais pendentes, nas condições atuais, somente é possível por meio de um Projeto Nacional de Desenvolvimento,

o que significa dizer que isso seria o ponto de partida para o Projeto Popular para o Brasil e depende de um novo arranjo institucional que só pode ser construído por um processo Constituinte.

131. O ponto de partida de um Projeto Popular Para o Brasil é um Projeto Nacional de Desenvolvimento que tenha capacidade de recuperar a indústria brasileira, zelar pela soberania nacional e viabilizar reformas estruturais apoiada numa força social de massas que exerça hegemonia na sociedade.

132. Os exemplos de países que adotaram reformas estruturais – Bolívia, Venezuela e Equador – nos demonstra essa relação entre um projeto de industrialização urgente e o conseqüente avanço de um projeto democrático e popular. Em resumo, trata-se de crescimento econômico associado a um aprofundamento da nossa democracia e, sobretudo, a um projeto de industrialização.

133. A principal contradição da sociedade brasileira é a incapacidade das Instituições da República de solucionar os problemas do povo. Tal contradição é produto de uma redemocratização incompleta marcada por acordos pelo alto nos anos 1980. O fato é que a sociedade civil se desenvolveu particularmente através do protagonismo das forças populares na política nacional. Entretanto, o Estado brasileiro continuou conservador, avesso à participação popular e parte de uma democracia restrita e formal.

134. É preciso democratizar o Estado brasileiro. Por isso, o centro da tática da Consulta Popular é a combinação da luta pela Constituinte com a luta de massas pelas reformas democráticas e populares.

135. A Constituinte não é uma bandeira política típica de períodos de normalidade democrática. É uma bandeira política para sociedades em crises e transformações. Não se resolve a presente crise com a somatória das lutas econômicas. A crise política estimulada pelas forças neoliberais deve ser respondida com uma bandeira política com potencial de massas, a Constituinte.

136. Neste momento a luta pela constituinte ganha corações e mentes de milhares de militantes sociais. Com o agravamento da

crise política a Constituinte tende a ganhar espaço na sociedade e desenvolver seu potencial de massas.

137. A defesa da Constituinte não pode ser feita de forma isolada. A crise política é grave e tende a reafirmar o apodrecimento das instituições da República. Para contemplar a refundação do Estado e o aprofundamento das conquistas, coloca-se na ordem do dia a necessidade de um Projeto Popular Para o Brasil assentado no tripé força social de massas, programa democrático-popular e a questão do poder.